

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.540.675 - SP
(2019/0205612-9)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : MILTON FROIS
AGRAVANTE : MARIA DURVALINA VASCONCELOS DA SILVA FROIS
ADVOGADO : ALVARO HENRIQUE EL-TAKACH DE SOUZA SANCHES E
OUTRO(S) - SP291391
AGRAVADO : AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
ADVOGADOS : ALESSANDRA SEMMLER MELO - SP366784
MARIA VALERIA FURLAN E OUTRO(S) - SP373333

DECISÃO

Em face das razões de e-STJ fls. 365/369, reconsidero a decisão emitida pela Presidência do STJ de e-STJ fls. 345/346 e passo a novo exame do agravo em recurso especial interposto por MILTON FROIS e OUTRA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no qual se discute, quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.

A questão de direito foi afetada para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1034), o que impõe a suspensão do presente recurso perante o Tribunal de origem, até a publicação do acórdão paradigma, nos termos do art. 256-L, I, do RISTJ, incluído por meio da Emenda Regimental 24, de 28/09/2016.

Salienta-se, por oportuno, que, após o pronunciamento desta Corte, o recurso especial deve ser analisado na forma prevista nos arts. 1.040 e 1.041, ambos do CPC/2015.

Forte nessas razões, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que permaneça suspenso o recurso até a publicação do acórdão paradigma, nos termos dos arts. 1.036, § 1º, e 1.037, II, ambos do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Ministra